

Construção de Banco de dados: Direitos Indígenas na ANC de 1987-1988 - "atas e emendas populares"

Mariana Bolner Lima, FAED, Udesc
Walderez Ramalho, FAED, Udesc

A presente pesquisa faz parte do projeto ***Policronias do presente: diálogos entre História do Tempo Presente e as teorias contemporâneas dos tempos históricos***. O estudo visa à construção dos bancos de dados ‘Direitos indígenas na ANC de 1987-1988 – Atas e Emendas populares’ - composto pelas atas e diários de sessão da **Assembleia Nacional Constituinte** (ANC, 1987-1988) referentes aos direitos indígenas - e ‘Direitos indígenas na ANC de 1987-1988 – Imprensa’ focado na cobertura jornalística e nas reportagens do período entre 1986 e 1988. Ao longo do mapeamento das fontes, identificou-se o uso recorrente e ambíguo de termos como **imemorial** e **tradicionalmente**, categorias que permanecem centrais nas disputas contemporâneas em torno do “marco temporal das terras indígenas” (RAMALHO, 2025). A partir disso, a pesquisa se direcionou pelas seguintes indagações: como esses conceitos foram mobilizados no debate constituinte no sentido de delimitar a extensão dos direitos territoriais indígenas? Quais políticas do tempo elas traduzem e como os atores envolvidos utilizaram desses conceitos para sustentar suas respectivas posições a respeito da chamada “questão indígena”? Para responder a tais questões, a pesquisa passou a rastrear as políticas do tempo mobilizados pelos autores presentes nas fontes.

O conjunto desses acervos constitui uma base documental sólida para investigar a fundamentação histórica dos direitos originários e as disputas contemporâneas em torno da tese do Marco Temporal. Além de permitir a identificação das percepções de passado (Espaços de Experiência) e as expectativas de futuro (Horizontes de Expectativa) dos parlamentares que condicionaram as propostas sobre os direitos territoriais indígenas (KOSELLECK, 2006). A partir desse mapeamento, foi possível identificar três matrizes discursivas principais no contexto da ANC.

Projeto

Edição

Capivara

Buscar:

Novo Projeto

Carregar projeto

Salvar projeto

Exportar

Importar entradas adicionais

Restaurar backup

Manual de uso

+ Nova entrada

Etiquetas do projeto

Apagar entrada

Edição em lote

Verificar bloqueios

Filtrar por etiquetas

Anotações/Tarefas

Nº	Título	Autor	Data fonte	Tipo	Fase	Partido	Estado
1	8ª sessão	Chagas Duarte	1987-02-09	Ata de sessão	Etapa preliminar	PFL	RR
2	8ª sessão	Ruy Nidel	1987-02-09	Ata de sessão	Etapa preliminar	PMDB	RS
3	16ª sessão	Antero de Barros	1987-02-19	Ata de sessão	Etapa preliminar	PMDB	MT
4	17ª sessão	Assis Canuto	1987-02-20	Ata de sessão	Etapa preliminar	PFL	RO
5	17ª sessão	Mozarildo Cavalcanti	1987-02-20	Ata de sessão	Etapa preliminar	PFL	RR
6	21ª sessão	Ruy Nidel	1987-02-23	Ata de sessão	Etapa preliminar	PMDB	RS
7	27ª sessão	Jolo Paulo	1987-02-27	Ata de sessão	Etapa preliminar	PT	MG
8	32ª sessão	Mozarildo Cavalcanti	1987-03-12	Ata de sessão	Etapa preliminar	PFL	
9	34ª sessão	Ottomar Pinto	1987-03-17	Ata de sessão	Etapa preliminar	PTB	RR
10	41ª sessão	Ruy Baccelar	1987-03-27	Ata de sessão	Etapa preliminar	PMDB	BA
11	50ª sessão	Chagas Duarte	1987-04-14	Ata de sessão	Etapa preliminar	PFL	RR

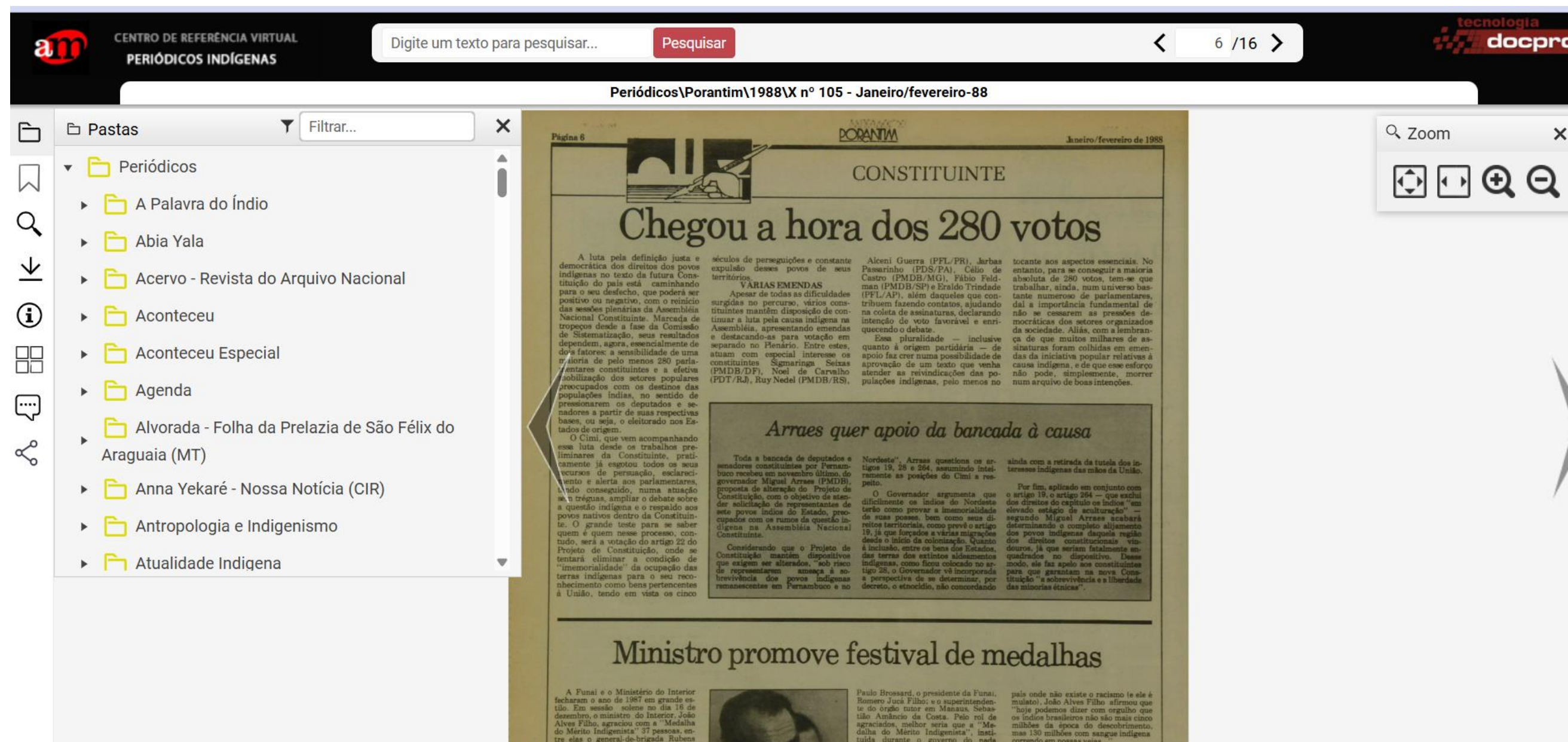
UDESC

FAED

Capivara

Policronias
do presente

Página inicial do aplicativo *Capivara*.



Interface do site *Armazém Memória*, com a notícia ‘Chegou a hora dos 280 votos’, do periódico *Porantim*, da edição de janeiro/fevereiro de 1988.

A primeira, de caráter **assimilacionista** e prevalente entre congressistas conservadores, embasava-se na premissa "evolutiva" de que as comunidades originárias seriam "primitivas" e deveriam se integrar gradualmente à sociedade nacional. A segunda vertente, sustentada por parlamentares progressistas e movimentos sociais, defendia a demarcação e a devolução dos territórios espoliados como reparação histórica. Por fim, a terceira posição pautava-se pela manutenção do status quo, propondo o congelamento das demarcações para conter as reivindicações originárias.

Ao longo do processo, a análise das fontes primárias reorientou o olhar historiográfico para além da catalogação temática, direcionando a atenção aos usos e acionamentos políticos da linguagem durante a ANC (1987-1988). A partir do mapeamento de categorias como "imemorial" e "tradicionalmente", a pesquisa permitiu problematizar não apenas os discursos que fundamentam a tese do marco temporal, mas também as intenções pragmáticas, os agentes sociais e o contexto de enunciação dessas falas. Desse modo, a análise estendeu-se para além dos **congressistas**, alcançando as vozes da **imprensa**, dos **movimentos indigenistas** e da **sociedade civil**.

Metadados	Arquivos vinculados	Descrição, Notas e Ações
Configurar metadados Título: 86ª sessão Autor: Constituinte Tadeu França Data fonte: 1987-06-18 Tipo: Ata de sessão Fase: Comissões temáticas Partido: PMDB Estado: PR Fonte: https://www.senado.leg.br/publicacoes/an Volume: Livro 5 Página pdf: 433-434 Abrangência: Plenário Relação: Etiquetas: Notas: Descrição: O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA (PMDB - PR, Sem revisão do orador): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Principalmente agora depois que tantas entidades a nível nacional, entre as quais a representação dos índios do Brasil, aqui estiveram presentes, é que mais grave se configura a denúncia formulada por um índio Guarani, segundo a qual, servidores ligados à Funai estariam ensinando aos índios o cultivo da macoré e que na aldeia de Piripatã o plantio da erva já estaria ocupando extensas áreas. Segundo a afirmativa feita, a vida do índio na cidade goiana de Itacajá havia ficado triste, asseguraramos o indígena. Em toda a parte índios caídos, brigando entre si, doentes, bebados ou maconhados. Diante este quadro nós temos que lembrar que a Funai, em inúmeros pontos do Brasil tem-se colocado em termos de deserviço à causa indígena. No Paraná, estado de onde sou originário, a Funai tem, historicamente, absorvido a cumplicidade de todos os atentados contra as terras dos índios Kaingang - até hoje estão pendentes de decisão judicial. E por esta razão que a hora urge em termos de que os índios e quem devem reger os seus próprios destinos através de uma autêntica Confederação dos índios do Brasil. Os silvícolas estão cansados de ouvir a verdade vilíssima de que os brancos é quem sabem o que é melhor para os índios. Em Brasília, a exemplo dos xavantes e terenas que estão organizados, é preciso que haja, sem qualquer delongas, a instituição da Confederação dos índios do Brasil, para que eles mesmos venham a		

Interface de registro e catalogação de metadados no aplicativo *Capivara* referente à fala do constituinte Tadeu França (86ª Sessão da ANC).